

A ADMINISTRAÇÃO TRUMP 2.0 E O SUL GLOBAL

O CASO DO BRASIL

Daniel Cardoso | Carmen Fonseca

INTRODUÇÃO

Este artigo visa contribuir para a análise da política externa de Donald Trump na sua versão 2.0, iniciada em 2025, a partir de um enquadramento conceptual específico. Apesar de se tratar ainda de um período relativamente curto, a experiência presidencial anterior de Trump (2017-2021), bem como os documentos estratégicos, os discursos e as iniciativas já adotados pela atual Administração, permitem identificar padrões de orientação suficientemente consistentes para uma análise teoricamente informada. O levantamento sistemático das iniciativas de política externa desde janeiro de 2025 aponta, aliás, para um elevado grau de ativismo internacional, que inclui desde a aplicação generalizada de tarifas comerciais, passando por realinhamentos estratégicos nas relações com outras grandes potências, até à adoção de posturas coercivas face a diversos Estados.

A análise é estruturada a partir do conceito de «Sul Global», aqui mobilizado não apenas como designação geográfica, mas sobretudo enquanto categoria analítica e enquadramento teórico. O artigo parte do pressuposto de que o Sul Global constitui uma construção histórica, política e relacional, cuja utilidade analítica reside na sua capacidade para iluminar padrões de hierarquia, assimetria e diferenciação no sistema internacional. Neste sentido, argumenta-se que esta categoria permite não só caracterizar o tipo de relação que a Administração Trump tende a estabelecer com os países africanos, asiáticos e

RESUMO

Este artigo analisa a relação da Administração Trump 2.0 com o Sul Global, aqui mobilizado não apenas como designação geográfica, mas sobretudo enquanto categoria analítica. Assume-se que o Sul Global constitui uma construção histórica, política e relacional, cuja utilidade analítica reside na sua capacidade para iluminar padrões de hierarquia, assimetria e diferenciação no sistema internacional. A relação entre os Estados Unidos e o Sul Global é examinada através do estudo de caso do Brasil, justificado pela centralidade histórica das relações Brasil-Estados Unidos, pelo facto de o Brasil se identificar, de forma consistente, com o Sul Global, assim como pelo carácter tenso e assimétrico que a relação bilateral assumiu sob o primeiro ano da Administração Trump.

Palavras-chave: Brasil, Estados Unidos, Lula da Silva, Donald Trump.

ABSTRACT

**THE TRUMP 2.0
ADMINISTRATION
AND THE GLOBAL SOUTH:
THE CASE OF BRAZIL**

This article analyzes the relationship between the Trump 2.0



Administration and the Global South. Here, the Global South is understood not merely as a geographical designation but as an analytical category. It is conceptualized as a historical, political, and relational construct whose analytical value lies in highlighting patterns of hierarchy, asymmetry, and differentiation within the international system. The relationship between the United States and the Global South is examined through a case study of Brazil, chosen for its historical centrality in United States relations, its enduring self-identification with the Global South, and the tense, asymmetric dynamics that marked the bilateral relationship during the first year of the Trump administration.

Keywords: Brazil, United States, Lula da Silva, Donald Trump.

latino-americanos, mas também interpretar de forma mais sistemática o significado político dessas interações. O artigo sustenta que esta grelha de leitura é particularmente adequada para compreender as orientações da política externa de Trump 2.0, num contexto marcado pela intensificação da competição internacional e pela tentativa explícita de reintroduzir uma lógica hierárquica nas relações internacionais, com os Estados Unidos numa posição declaradamente dominante.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho combina análise conceptual com análise qualitativa de discursos, documentos estratégicos e iniciativas de política externa. Para conferir maior densidade empírica e permitir uma observação mais fina dos mecanismos em causa, a relação entre a Administração Trump e o Sul Global é examinada através de um estudo de caso: o Brasil. A escolha deste caso justifica-se tanto pela centralidade histórica das relações

Estados Unidos-Brasil, como pelo facto de o Brasil se identificar, de forma consistente, com a categoria de «Sul Global», bem como pelo carácter particularmente tenso e assimétrico que a relação bilateral assumiu sob Trump. O caso brasileiro permite, assim, explorar de forma concreta como as orientações gerais da política externa norte-americana se traduzem em práticas diplomáticas e económicas específicas.

O artigo inicia-se com uma discussão teórica sobre o conceito de «Sul Global» enquanto categoria analítica. A segunda secção aplica este enquadramento à análise da política externa de Trump e da sua abordagem aos países do Sul Global. A terceira secção é dedicada ao estudo de caso brasileiro, ocupando-se da estratégia norte-americana para o Brasil durante o primeiro ano da Administração Trump, em particular a tentativa de ingerência nos assuntos internos, com o caso do julgamento do antigo Presidente Jair Bolsonaro, e as medidas aplicadas através da Lei Magnitsky e das taxas comerciais aos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos. A análise é feita à luz da identidade internacional e das orientações de política externa do Brasil para se compreender o papel e o lugar dos Estados Unidos e do Sul Global na estratégia brasileira e compreender as posições atuais. A conclusão retoma os principais resultados da análise e discute as suas implicações para a compreensão da política externa dos Estados Unidos e das dinâmicas contemporâneas de hierarquia no sistema internacional.

SUL GLOBAL: ESPAÇO, CONCEITO E PROJETO

O termo «Sul Global» tem vindo a ganhar crescente relevância nos debates sobre política internacional nos últimos anos, sendo utilizado por jornalistas, académicos,

decisores políticos e consultores. Em 2023, o *Financial Times* considerou-o um dos «termos do ano», sublinhando a sua centralidade nas discussões contemporâneas (Russell, 2023b). No entanto, apesar da sua popularização, o conceito permanece controverso, sendo objeto de debate em termos analíticos e políticos. O próprio *Financial Times* tem contribuído para este debate, publicando artigos que defendem a utilidade do termo (Russell, 2023a), bem como outros que o contestam (Beattie, 2023). A controvérsia tem lugar também no campo académico, no qual se multiplicam análises que ora reconhecem o valor heurístico do conceito (Kürzdörfer & Narlikar, 2023), ora o rejeitam (Patrick & Huggins, 2023). Também no plano político o debate está presente. Em 2023, por exemplo, os líderes dos países do Grupo dos Sete (G7) optaram por não incluir o termo no comunicado final da cimeira realizada em Hiroxima, no Japão, alegando que este introduzia confusão analítica na leitura da realidade internacional (ANI News, 2023).

Nesta secção, faremos uma breve revisão deste debate, partindo da consideração de que o conceito de «Sul Global» pode oferecer uma lente útil para compreender dinâmicas internacionais contemporâneas. Especificamente, o objetivo é propor uma definição de Sul Global que sirva de enquadramento para avaliar a política externa da Administração Trump 2.0. Ainda que o termo não tenha integrado explicitamente o léxico do Presidente norte-americano, consideramos que os sentidos de diversas ações do seu Governo podem ser mais bem compreendidos quando analisados através desta lente.

Em termos gerais, o termo «Sul Global» é utilizado para designar um conjunto de países situados em África, na América Latina e no Caribe, bem como em partes da Ásia e da Oceânia. No entanto, mais do que uma mera referência geográfica – que sugeriria uma localização a sul do equador –, o conceito tem sido tratado como uma categoria analítica e política. Como indicado por Haug et al. (2021), o Sul Global é uma categoria analítica que visa identificar uma classe de fenómenos considerada como partilhando um conjunto específico de características. Enquanto tal, o termo sugere um certo nível de homogeneidade, ou pelo menos um denominador comum entre os países e as regiões do «Sul». Especificamente, os autores que trabalham este conceito e os decisores políticos que o usam nas suas intervenções tendem a considerar que os países das regiões mencionadas acima são incluídos na categoria de «Sul Global» por partilharem uma história recente de colonialismo, de privação socioeconómica e de marginalização política (Dados & Connell, 2012; Narlikar, 2025). Deste modo, o conceito adquire uma natureza relacional: define-se em contraposição ao Norte Global, que abrange os países colonizadores e/ou que se desenvolveram economicamente à sombra destes. Assim, geograficamente, os países do Sul Global são os países não europeus, norte-americanos, a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão. Esta dimensão relacional está presente em variações dos termos anteriormente desenvolvidas tais como: Primeiro e Terceiro Mundo; Centro e Periferia; Ocidente e não-Ocidente; países industrializados e países em desenvolvimento; G7 e o «resto do mundo».

No contexto desta dimensão relacional, o conceito de «Sul Global» evidencia a subalternidade económica, política e epistémica dos países do Sul em relação aos do Norte, bem como as assimetrias históricas e contemporâneas na ordem mundial que daí decorrem (Hogan & Patrick, 2024; Mignolo, 2011). O conceito de «Sul Global» é, portanto, um instrumento analítico que nos sensibiliza para estas desigualdades e para as suas consequências. Com efeito, a partir de uma base de dados abrangente sobre comércio internacional e balança de pagamentos, relativa ao período de 1800 a 2025, o estudo recente de Gastón Nievas e Thomas Piketty evidencia a persistência de assimetrias estruturais entre o Norte Global e o Sul Global, corroborando interpretações que sublinham a natureza histórica e sistémica dessas desigualdades no sistema internacional (Nievas & Piketty, 2025). Esta leitura encontra eco nas palavras do Presidente do Gana, Nana Akufo-Addo, que afirmou em 2024 que

uma situação em que o chamado Sul Global, onde se insere África, está sempre em desvantagem em termos de apropriação dos ativos globais não pode ser um caminho a seguir para um estado ordenado da humanidade [...] não é possível manter o paradigma em que uma parte do mundo é privilegiada e confortável e a outra está a sofrer. (Munich Security Conference, 2024)¹

O conceito também é útil para compreender de que forma estas desigualdades moldam comportamentos, perceções e prioridades dos países – tanto do Sul como do Norte – nas suas relações inter e intragrupo. Isto porque, à luz desta memória histórica e, destas hierarquias, os países acabam por comportar-se de forma diferente e valorizar coisas diferentes nas relações internacionais. Efetivamente, para muitos, a clivagem central no sistema internacional continua a ser entre um Norte dominante e um Sul marginalizado e não, por exemplo, entre democracias e autocracias (Hogan & Patrick, 2024), como a Administração norte-americana liderada por Joe Biden (2021-2025) procurou promover. No mesmo sentido, como observa Narlikar (2025, p. 6), «o Sul Global e o Norte Global estão longe de partilhar uma posição comum, seja em relação à Rússia e à Ucrânia, seja no que diz respeito ao financiamento climático. Mais interessante do que os casos individuais é a diferença geral de abordagem».

A compreensão do Sul Global não pode, porém, ser dissociada da sua dimensão política, já que o denominador comum entre eles é essencialmente desta natureza. Aliás, tal como sublinha Yanow (2015), as categorias não se limitam a descrever uma realidade, mas também a moldá-la, a organizá-la e a produzi-la, ou seja, a criar efeitos políticos. Esta perspetiva aproxima-se da análise de Bourdieu (1998), segundo a qual a nomeação e a categorização constituem formas de poder simbólico, capazes de estruturar modos de pensar e agir. Neste contexto, o termo «Ocidente», por exemplo, pode ser entendido como uma construção política que visa perpetuar a hegemonia euroamericana. Tal como explica Quinn (2024), a ideia de «Ocidente» não resulta de uma análise neutra, mas de

um projeto político-cultural, concebido para legitimar a superioridade europeia (e posteriormente norte-americana), não só em termos materiais, mas também simbólicos. Essa construção, com raízes no século XVIII, idealizou uma continuidade entre a civilização europeia moderna e a herança greco-romana. Apresentada assim a ideia seria mostrar que a superioridade europeia não era aleatória, mas fruto de uma longa história de relevância intelectual com raízes diretas na Antiguidade. Como sublinha Said (2021), esta criação do «Ocidente» operou por oposição a um «Oriente» essencializado como exótico, retrógrado e inferior – um outro que legitimava a superioridade e a missão civilizadora do primeiro. Mampilly (2025) acrescenta que o trabalho do jurista britânico Henry Maine consolidou este binarismo no século XIX, ao propor uma hierarquia racial que colocava a «raça branca» no topo e os povos colonizados na base.

Neste contexto, o Sul Global emerge também como um espaço de enunciação, tal como proposto por Mignolo (2011, p. 184), em que estes países reivindicam o seu direito de categorizar e classificar o mundo a partir das suas próprias experiências e aspirações. Assim, ao desafiar as classificações dominantes e ao propor alternativas, o conceito assume-se como expressão de um projeto político ou princípio organizador e mobilizador de contestação à hegemonia ocidental em termos económicos, políticos e epistemológicos (Hogan & Patrick, 2024).

Para além disso, o Sul Global pode ser entendido como uma tentativa de construção de uma identidade coletiva. O seu uso por líderes políticos e por cidadãos destas regiões é revelador de um sentimento de pertença e de valorização de uma experiência partilhada nas relações internacionais. O termo mobiliza, assim, um vocabulário político que não só denuncia a injustiça histórica da hierarquia internacional, como também articula uma visão alternativa de mundo. Exemplo disso são as declarações do primeiro-ministro indiano Narendra Modi, que tem reiterado o compromisso da Índia com a promoção do Sul Global (DD News, 2025), em linha com posições assumidas por líderes da China (Xinhua, 2025), do Brasil (Rosa, 2025), da Indonésia (Zhao, 2024), de Cuba (Al Jazeera, 2023), entre outros (FAO, 2025).

Enquanto categoria analítica, o Sul Global tem sido usado para estudar formas emergentes de cooperação entre países em desenvolvimento. Neste quadro, destaca-se a chamada «Cooperação Sul-Sul», que assenta em princípios de solidariedade e benefício mútuo. Mais do que simples assistência técnica entre países em desenvolvimento, a Cooperação Sul-Sul representa uma visão transformadora da ordem mundial, baseada na ideia de que os países marginalizados podem alcançar o desenvolvimento a partir da ajuda mútua e da partilha de experiências (Gray & Gills, 2016) e assim reequilibrar a balança de poderes a nível internacional (Hogan & Patrick, 2024).

O CONCEITO [DE «SUL GLOBAL»] ASSUME-SE
COMO EXPRESSÃO DE UM PROJETO POLÍTICO
OU PRINCÍPIO ORGANIZADOR E MOBILIZADOR
DE CONTESTAÇÃO À HEGEMONIA OCIDENTAL
EM TERMOS ECONÓMICOS, POLÍTICOS
E EPISTEMOLÓGICOS.

Esta lógica remonta à Conferência de Bandung (1955), na qual países africanos e asiáticos defenderam a cooperação económica e cultural, os direitos humanos e a promoção da paz. O «espírito de Bandung» viria a inspirar o Movimento dos Países Não-Alinhados, que se afirmou como espaço de solidariedade política contra o aprofundamento das desigualdades globais. A par disso, o G77 (Grupo dos Setenta e Sete) – criado em 1964 no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento – exigiu uma nova ordem económica internacional, sinalizando o desejo de reformar as estruturas de poder globais e de corrigir as desigualdades políticas e económicas nascidas do colonialismo.

O termo «Sul Global» permanece central nas posições do G77, hoje com 134 países-membros, que se identificam com esse rótulo. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem, inclusive, promovido iniciativas institucionais para responder às suas aspirações, como a criação do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul em 2012 (Patrick & Huggins, 2023) e a instituição do dia da cooperação Sul-Sul em 2004 através da Resolução 58/220 da Assembleia Geral. Outras organizações internacionais desenvolvem trabalho na promoção da cooperação Sul-Sul, como a Organização Internacional do Trabalho, a Unesco ou a Organização para a Alimentação e Agricultura.

Um exemplo marcante do posicionamento coletivo destes países foi a Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, em 2003, quando o Grupo dos 20 (G20)² exigiu reformas no sector agrícola. O lema «mais vale nenhum acordo do que este acordo» revelou a crescente assertividade política dos países do Sul, cada vez menos dispostos a legitimar instituições que perpetuam desigualdades em nome de um sistema multilateral baseado em regras ambíguas (Narlikar, 2025). O grupo Índia-Brasil-África do Sul (IBSA, na sigla inglesa) reforçou este posicionamento, criticando políticas protecionistas do G7 e defendendo a retoma da Ronda de Desenvolvimento da OMC (Stuenkel, 2019). Mais recentemente, a articulação política ganhou novo fôlego com os BRICS (sigla inglesa para «Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul»), inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China, e alargado a países como a África do Sul, a Etiópia, o Egito, o Irão, os Emirados Árabes Unidos e a Indonésia (Cardoso, 2023). A estes juntaram-se dez países parceiros como, por exemplo, o Vietname, a Bolívia e o Uganda. O grupo propõe reformas na governação global, nomeadamente no Fundo Monetário Internacional, contestando o monopólio informal que garante a liderança dessa instituição e do Banco Mundial a europeus e a norte-americanos (Stuenkel, 2020). A ideia de «Sul Global» é um elemento central da construção do grupo, estando presente nos comunicados oficiais do grupo, como o da cimeira no Brasil em 2025, intitulado «Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável» (BRICS, 2025). A agenda dos BRICS remete, assim, para o legado de Bandung, mas, hoje, as condições são distintas: os membros do grupo representam atualmente 36,5% do produto interno bruto global em paridade de poder de compra, ultrapassando a percentagem do G7, mesmo incluindo a União Europeia

(36,3%) (Rodrigues, 2024), mas os nove membros dos BRICS vão chegar ao fim de 2024 com uma fatia de 36,5% do produto interno bruto mundial, enquanto o G7, mesmo incluindo toda a União Europeia, baixa para 36,3%. A nova correlação de forças geoeconómicas é medida em paridade de poder de compra, segundo as novas contas apresentadas esta semana pelo Fundo Monetário Internacional. Este peso económico, ainda que não se traduza diretamente em poder político, fortalece a capacidade de pressão por reformas internacionais.

Importa reconhecer, contudo, que o Sul Global é um conjunto heterogéneo. As histórias de desenvolvimento, os regimes políticos e o peso internacional dos seus membros variam consideravelmente. Esta diversidade tem motivado críticas quanto à utilidade do conceito (Ero, 2024). No entanto, como notam Kürzdörfer e Narlikar (2023), todas as categorias são, em última instância, simplificações. A sua validade reside na capacidade de capturar tendências relevantes e iluminar dinâmicas sociais e políticas. O próprio debate em torno da validade ou rejeição do termo revela o seu carácter político: aceitar, usar ou recusar o conceito são, também, atos de posicionamento.

Em suma, o Sul Global configura-se como uma lente analítica que, ao evidenciar a agência e as reivindicações políticas dos países que o compõem, bem como as assimetrias estruturais de poder no sistema internacional, contribui para aprofundar a compreensão das dinâmicas históricas e contemporâneas que moldam a ordem mundial. Tal perspetiva revela-se particularmente útil para compreender as orientações e escolhas da política externa da Administração Trump 2.0, cujas ações e discursos se inserem num contexto marcado por crescente competição a nível internacional. A próxima secção debruçar-se-á sobre este aspecto.

O PRÓPRIO DEBATE EM TORNO DA VALIDADE
OU REJEIÇÃO DO TERMO [«SUL GLOBAL»] REVELA
O SEU CARÁCTER POLÍTICO: ACEITAR,
USAR OU RECUSAR O CONCEITO SÃO, TAMBÉM,
ATOS DE POSICIONAMENTO.

TRUMP 2.0 E O SUL GLOBAL: ENTRE O DESCRÉDITO E A DISCRICIONARIEDADE

Em janeiro de 2025, Donald Trump regressou à presidência dos Estados Unidos. Este retorno ocorreu num contexto internacional significativamente distinto do da sua primeira administração, marcado sobretudo pela invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 e pela intensificação da guerra entre Israel e o Hamas desde 2023. Apesar destas mudanças estruturais, os primeiros meses do novo mandato sugeriam a continuidade de vários traços característicos da sua anterior política externa, nomeadamente o ceticismo em relação ao multilateralismo, a preferência por uma abordagem transacional nas relações bilaterais e a tendência para decisões unilaterais (Calabrese, 2024; Flint, 2025; Saraiva, 2025; Shidore, 2025).

As razões para esta abordagem ainda estão a ser avaliadas no âmbito académico. Alguns apontam as bases ideológicas desta política, caracterizando-a como fortemente nacio-

nalista, hiper-religiosa e populista (Boucher & Thies, 2019; Romero et al., 2025; Wojczewski, 2020). Outros sugerem que a política externa de Trump é uma manifestação do declínio do poder norte-americano nas últimas décadas (Cooper, 2025; Flint, 2025; Lind & Press, 2025; Romero et al., 2025; Satoru, 2025). Aliás, o slogan do seu movimento político «Tornar a América Grande Novamente» admite implicitamente esse declínio, argumentando, contudo, que é possível revertê-lo. A política externa seria assim a tradução a nível internacional deste objetivo de recuperação da primazia norte-americana num contexto de multipolaridade. A ideia seria desenvolver uma abordagem de soma zero em que os interesses dos Estados Unidos («América Primeiro») fossem sempre colocados em primeiro lugar, independentemente das consequências. Esta é uma estratégia que parece privilegiar ganhos de curto prazo e descarta perdas de longo prazo, que poderão surgir na forma de perda de legitimidade e a credibilidade internacionais. Esta avaliação destoa da opção de anteriores presidentes desde a Segunda Guerra Mundial que consideravam que ganhos de longo prazo justificam investimentos no multilateralismo e na ordem internacional liberal (Satoru, 2025).

Esta perda relativa de poder dos Estados Unidos é explicada, sobretudo, pelo aumento de influência dos maiores países do Sul Global, as chamadas «potências emergentes», como a China, a Índia, o Brasil, a Turquia e a Indonésia. Assim, a relação com o Sul Global ocorre num contexto de perda de centralidade norte-americana ao mesmo tempo que há países deste grupo que aumentam a sua presença internacional (Acharya, 2014; Ikenberry, 2024; Zakaria, 2009). Apesar disso, a Administração Trump 2.º não parece dispor de uma estratégia coerente ou articulada para este conjunto de países. Embora o alargamento dos BRICS tenha motivado declarações assertivas por parte do presidente-

-eleito no final de 2024 (Iyer, 2024), nem Trump nem os principais responsáveis pela política externa, como o Vice-Presidente ou o secretário de Estado, têm recorrido à categoria de «Sul Global» no seu discurso político. Assim, a avaliação da sua abordagem a este grupo terá de ser feita de forma indireta,

A AUSÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA ESTRUTURADA, CONJUGADA COM A HETEROGENEIDADE INTERNA DO GRUPO, TRADUZ-SE NUMA AÇÃO EXTERNA NORTE-AMERICANA MARCADAMENTE DISCRICIONÁRIA.

analisando as políticas direcionadas a países que, à luz da discussão conceptual anterior, costumam ser incluídos no Sul Global.

A ausência de uma estratégia estruturada, conjugada com a heterogeneidade interna do grupo, traduz-se numa ação externa norte-americana marcadamente discricionária. Em alguns casos, como na Argentina, em El Salvador ou em certas monarquias do Golfo, a relação com Washington é relativamente próxima e a cooperação decorre de forma fluida, revelando uma clara predisposição da Administração para trabalhar com estes parceiros. Noutros casos, as relações são intermitentes, oscilando entre avanços e recuos. Por fim, há casos em que a relação é francamente tensa: a China é o exemplo mais evidente, mas a lista inclui também a África do Sul, a Venezuela, a Colômbia ou

o México (Wintour, 2025). As razões variam, mas em vários destes países a retórica centrada na importância política do Sul Global, bem como uma visão do mundo frequentemente divergente da norte-americana, contribui para o distanciamento. A proximidade de alguns deles à China constitui, igualmente, um fator adicional de fricção. O caso do Panamá ilustra esta lógica: apesar da anterior aproximação a Pequim, o país mostrou disponibilidade para alinhar com a visão de Washington, o que atenuou tensões. Isto ocorre porque a China é vista fundamentalmente como o principal adversário dos Estados Unidos e o muro a ultrapassar se estes quiserem reganhar a sua supremacia (Klingebiel et al., 2024; Norton, 2025).

Como se verá na secção seguinte, dedicada ao caso brasileiro, o Sul Global adquiriu recentemente uma centralidade particular para a Administração Trump 2.0, refletida no objetivo, explicitado na Estratégia de Segurança Nacional (ESN) de 2025, de reforçar o domínio norte-americano sobre a América Latina, vista como um elemento central de uma esfera de influência dos Estados Unidos alargada a todo o hemisfério ocidental (Estratégia de Segurança Nacional, 2025, p. 5). Como se depreende desse texto estratégico, a abordagem adotada segue as linhas clássicas da política externa de Trump: coerciva, transacional e unilateral, visando afirmar e impor a hegemonia dos Estados Unidos na região. O caso do Panamá, mencionado anteriormente, e a recente intervenção militar na Venezuela, que resultou na captura do seu líder, Nicolás Maduro (Evans, 2026), ilustram de forma particularmente clara esta orientação da política externa norte-americana.

Para além desta diversidade de posições, observa-se uma desconsideração geral da Administração face às reivindicações comuns dos países do Sul Global. À partida, até poderia haver alguma proximidade em termos de leitura das relações internacionais já que, à semelhança da Administração Trump, vários países do Sul Global optam por não colocar a tónica na tensão entre democracia e autocracia que era proposta pela Administração anterior e também pela União Europeia. Contudo, esta margem de atendimento não se converteu em posições declaradamente alinhadas com as dos países do Sul Global, especialmente na promoção do multilateralismo. Embora estruturalmente desfavorecidos nas organizações multilaterais, estes países tendem a valorizar esses fóruns como instrumentos para atenuar assimetrias de poder. Esta perceção situa-os em posições claramente distintas das dos Estados Unidos, dado que a Administração Trump demonstra pouco apreço pelo multilateralismo, dando prioridade ao bilateralismo. Segundo Romero et al. (2025), este bilateralismo de Trump é essencialmente excludente guiado por lógicas coercivas. A cimeira do G20 na África do Sul é ilustrativa do desdém pelo multilateralismo: nenhum representante sénior norte-americano participou, oficialmente devido a preocupações com a situação da comunidade branca no país (Savage, 2025), mas sem qualquer sinal de valorização do facto de se tratar da primeira cimeira do G20 em solo africano.

A COP30 (Conferência das Partes da Cimeira da ONU para o Clima), realizada no Brasil em 2025, também não contou com a presença norte-americana, o que reforça esta tendência. Neste caso, articula-se o ceticismo em relação ao multilateralismo com a desvalorização da agenda climática, um tema central para muitos países do Sul Global. Para muitos países deste grupo, as alterações climáticas representam já uma ameaça real, sendo que são também aqueles que têm menos condições financeiras e tecnológicas para fazer face a esta ameaça. Não sendo os maiores poluidores e dependendo da ajuda dos mais ricos para processos de mitigação e adaptação ao clima, vários países do Sul Global veem neste tema algo de prioridade máxima (Klingebiel et al., 2024). A saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris e a não participação na COP30, além de reduzir os investimentos norte-americanos na transição climática, dá um sinal de deslegitimação do processo que poderá ser seguido por outros países. Os países do Sul Global veem por isso esta movimentação com preocupação (Ibidem).

A decisão de descontinuar o papel da USAID (sigla inglesa para «Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional») contribui igualmente para este afastamento, retirando aos Estados Unidos um dos seus instrumentos tradicionais de influência junto dos países em desenvolvimento. Os Estados Unidos são os principais doadores internacionais, concedendo 64,7 mil milhões de dólares globalmente e 14,9 mil milhões só para África em 2023 (Russel & Berger, 2025). Esta decisão poderá ter consequências graves para a vida de milhões de pessoas incluindo a cessação dos esforços de desminagem, o encerramento dos hospitais de campanha e o fim dos apoios à saúde infantil e materna, bem como o reforço das capacidades de governação local (Ibidem).

Esta desconsideração pelo multilateralismo e pelas organizações internacionais culminou, em janeiro de 2026, numa decisão executiva de retirar os Estados Unidos de 66 organismos internacionais, entre eles a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas e o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Aeberhard et al., 2026). A medida, embora previsível, não deixa de ter potenciais efeitos profundos, sobretudo tendo em conta o peso financeiro que, historicamente, os Estados Unidos têm assumido no financiamento e no funcionamento dessas instituições.

Ao retirar-se destes espaços e ao reduzir a sua presença em mecanismos de cooperação internacional, a Administração Trump abre terreno para uma crescente influência chinesa. A proximidade histórica entre a China e o Sul Global, que remonta à Conferência de Bandung de 1955, tem sido reforçada por iniciativas como a Belt and Road Initiative e outras formas de cooperação económica e política. De facto, o enfoque no Sul Global tem sido uma das prioridades dos presidentes chineses desde Hu Jintao (Mendes, 2010). Contudo, Xi Jinping deu um impulso decisivo a esta relação (Alden et al., 2024). Na cimeira do G20 em 2024, Xi apresentou novas medidas destinadas a impulsionar o desenvolvimento global, ao mesmo tempo que criticava subtilmente as políticas dos Estados Unidos, reforçando o papel da China como

defensora da inclusão e de modernização do Sul Global (Ibidem). Dados recentes mostram que a China agora representa aproximadamente 40% do comércio global do Sul, com a Belt and Road Initiative a facilitar mais de um trilhão de dólares em projetos de infraestrutura em mais de 140 países na última década (Ibidem). Estudos de opinião sugerem consistentemente que as avaliações mais favoráveis ao papel internacional da China provêm precisamente destes países. A atitude revisionista da China em relação à ordem internacional, partilhada por vários estados do Sul Global, reforça ainda mais esta convergência.

Além disso, não se verificam esforços norte-americanos para estabelecer mecanismos próprios de diálogo ou cooperação com estes países, nem iniciativas seletivas que os aproximem da órbita de Washington. A participação em reuniões como as da Associação das Nações do Sudeste Asiático parece responder mais à necessidade de acompanhar iniciativas já existentes do que à implementação de uma estratégia proativa.

Do ponto de vista do Sul Global, os Estados Unidos surgem, portanto, como um ator simultaneamente distante, desinteressado e poderoso, uma combinação que dificulta o engajamento e aprofunda percepções negativas, exacerbadas pela atitude unilateral e pela retórica agressiva em matéria comercial. Tal como grande parte dos países, os membros do Sul Global foram alvo de pesadas tarifas comerciais. A China, ao apresentar-se como parceira da estabilidade e promotora de projetos concretos, beneficia deste contexto (Le Monde, 2025a; Shidore, 2025; Wintour, 2025).

Em conclusão, a Administração Trump 2.0 não atribui prioridade ao Sul Global, seja enquanto categoria coletiva seja em termos de parcerias bilaterais específicas, apresen-

tando, inclusive, uma visão de mundo que se distingue da do Sul Global. As razões subjacentes a esta postura exigem investigação adicional, incluindo análises de casos particulares. A Índia constitui um exemplo especialmente relevante: apesar do seu histórico ceticismo em relação à China, e apesar de potenciais incentivos

para equilibrar o poder chinês através de um alinhamento com os Estados Unidos, Nova Deli continua a cultivar uma relação diplomática importante com Pequim, marcada por diálogos estruturados desde os anos 1990, convergências revisionistas e participação em organizações lideradas ou promovidas pela China, como a Organização de Cooperação de Xangai (Le Monde, 2025a). Este caso demonstra que, mesmo entre os países do Sul Global mais predispostos à cooperação com Washington, a ausência de uma estratégia norte-americana coerente limita a construção de parcerias mais robustas. O Brasil, com as devidas diferenças, seria outro dos países que veriam com bons olhos a oportunidade de fazer *hedging* entre os Estados Unidos e a China.

A ADMINISTRAÇÃO TRUMP 2.0 NÃO ATRIBUI
PRIORIDADE AO SUL GLOBAL, SEJA ENQUANTO
CATEGORIA COLETIVA SEJA EM TERMOS DE
PARCERIAS BILATERAIS ESPECÍFICAS,
APRESENTANDO, INCLUSIVE, UMA VISÃO DE MUNDO
QUE SE DISTINGUE DA DO SUL GLOBAL.

BRASIL-ESTADOS UNIDOS: APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E INDEFINIÇÃO ESTRATÉGICA

Historicamente, a forma como o Brasil se percebe enquanto ator internacional foi um elemento relevante para a definição dos termos das relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Pelo menos desde a implantação da República, no final do século XIX, a definição da identidade do Brasil tem sido marcada por um dilema relacionado com a pertença do Brasil a vários espaços levando-o a desenvolver um sentimento de pertença tanto ao Ocidente como ao Terceiro Mundo. Esta dualidade tem contribuído para momentos de maior aproximação ou afastamento com os Estados Unidos, sem que significasse, contudo, a existência de confrontos significativos. A prevalência de um ou outro elemento da sua identidade nas estratégias de política externa apresenta-se, assim, útil para compreender a relação com os Estados Unidos, entendidos como o poder hegemónico do sistema internacional durante vários séculos. Neste caso, a atenção dada à região sul-americana, e ao Brasil em particular, nem sempre foi consistente, quase nunca prioritária (especialmente desde a redemocratização brasileira em meados da década de 1980), e sempre com dificuldade em definir uma agenda comum de médio ou longo prazo.

No livro que melhor define a identidade internacional do Brasil, Celso Lafer, antigo ministro das Relações Exteriores do Brasil, considera que a existência de instituições herdadas da monarquia, o processo de descolonização, assim como todas as heranças do colonialismo e a persistência da pobreza e das desigualdades sociais, contribuíram para que o Brasil procurasse afirmar-se como parte da América, quer no fortalecimento da relação com os Estados Unidos quer na construção de uma percepção enquanto país da América Latina. Se, por um lado, o Brasil desenvolveu uma identidade ocidental, ou pelo menos de um «outro Ocidente», por outro, face a todas aquelas heranças, a partir da década de 1950, especialmente no âmbito das Nações Unidas, o Brasil apresentou-se como um crítico acérrimo do colonialismo e do racismo, o que era «parte integrante do conceito de Terceiro Mundo». O Brasil tem uma identidade internacional marcada por uma «dupla inserção»: «é um país ocidental no campo dos valores», o que não exclui «a sua inserção entre os países do Terceiro Mundo» com os quais procura promover o desenvolvimento económico-social (Lafer, 2002, pp. 45-52).

As análises sobre a política externa do Brasil realçam por isso que «[aquela] dualidade permaneceu um importante elemento nas discussões brasileiras sobre o lugar onde o Brasil “encaixa”» (Hurrell, 2008, p. 52), fazendo com que, ao mesmo tempo, «o Brasil articule uma identidade sul-americana com uma identidade mais globalista que se reflecte na sua relação com a África do Sul, a China, a Índia e a Rússia» (Merke, 2008, p. 152). A estratégia regional do Brasil «no coração da América do Sul representa uma grande – senão a maior – guinada das relações internacionais da região desde o fim do regime militar» (Spektor, 2011, p. 143). Essa estratégia, desenvolvida especialmente a partir da década de 1990, visava «a acumulação de poder para o país fortalecer, por um lado, a sua autonomia, e, por outro, a sua capacidade de negociação com os EUA» (Almeida & Fernandes, 2022).

A evolução da política externa do Brasil permite perceber como o país se tem esforçado por não ser um Estado subordinado, desenvolvendo uma política externa assente numa estratégia ou num «projecto autonomista» (Spektor, 2014), independente das pressões das grandes potências, diversificando parcerias e partilhando significativas reivindicações com os países do Terceiro

Mundo, ou do chamado «Sul Global». Através destas parcerias e da cooperação Sul-Sul, o Brasil encontrou uma forma de agregar poder e compensar as áreas onde as suas capacidades são mais vulneráveis.

ATRAVÉS DESTAS PARCERIAS E DA COOPERAÇÃO SUL-SUL, O BRASIL ENCONTROU UMA FORMA DE AGREGAR PODER E COMPENSAR AS ÁREAS ONDE AS SUAS CAPACIDADES SÃO MAIS VULNERÁVEIS.

No início do século XXI, a afirmação de um espaço e de grupos alternativos à hegemonia norte-americana, assim como um desinteresse prolongado dos Estados Unidos pelo Brasil, e pela América Latina em geral, deu força a um sector da política externa brasileira interessado em reclamar o «destino de grandeza» do Brasil. As características identitárias do Brasil, aliadas à autoimagem de um «excecionalismo brasileiro» – assente não no que o «país faz no mundo», mas no que o «país é e representa» (Ibidem, p. 28) – promoveram a narrativa de que o Brasil tem destinado um lugar de protagonismo no sistema internacional o qual não tem sido devidamente reconhecido (Fonseca, 2022).

O princípio de autonomia, norteador da política externa brasileira, define acima de tudo a relação com os Estados Unidos e é condicionado por duas variáveis principais: uma geográfica e outra económico-comercial. Geograficamente, o Brasil partilha com os Estados Unidos o mesmo continente, se for entendido no sentido lato das Américas, e, por isso, uma proximidade que, em determinados períodos, gerou mais antagonismo e desconfiança do que cooperação devido às políticas expansionistas e intervencionistas dos Estados Unidos na região. A ideia brasileira presente no Manifesto Republicano, de 1870, de que «Somos da América e queremos ser americanos», e a percepção de uma «Aliança não escrita» com os Estados Unidos perderam força ao longo do século XX, embora a «americanização» proposta pelos republicanos visasse não apenas as relações com a América do Norte, mas também com a América do Sul, da qual o Brasil, durante muito tempo, esteve alheado (Cervo & Bueno, 2008, pp. 165-167). Passada a época da Doutrina Monroe e do Corolário de Roosevelt, persistiu no imaginário de alguma elite política brasileira o receio de que os Estados Unidos, diante do seu estatuto hegemónico no sistema internacional, desejassem, devido àquela proximidade geográfica, dominar toda a América Latina, algo que o Brasil teria de contrariar.

Outra das variáveis que influencia a relação Brasil-Estados Unidos é a económico-comercial. Recuando novamente até ao início da República, quando o Brasil intensificou as trocas comerciais com os Estados Unidos como forma de aumentar as exportações de café e de responder aos seus interesses económicos, os Estados Unidos consolidaram-se como o principal parceiro comercial do Brasil (Milani, 2011), estatuto

perdido para a China no início do século XXI, quando passou a ser uma nova e crucial variável na equação Brasil-Estados Unidos (Cardoso, 2013).

Assim, a política externa do Brasil para com os Estados Unidos não tem sido caracterizada por uma tendência de linearidade, mas antes de recorrentes momentos de aproximação e afastamento. As tentativas mais relevantes de afastamento aconteceram com a política externa independente de Jânio Quadros (1961-1964), que culminaria com a disponibilidade dos Estados Unidos para apoiar o golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil em 1964, através da operação Brother Sam. Mesmo durante a ditadura desenvolveram-se estratégias com vista a inserir o Brasil e a encontrar novos parceiros no sistema internacional, minimizando a relação e a dependência dos Estados Unidos,

OS MOMENTOS DE MAIOR CENTRALIDADE DE UM NA POLÍTICA EXTERNA DO OUTRO NÃO FORAM SUFICIENTES PARA FORJAR UMA ESTRATÉGIA COESA E CONFERIR-LHES UM LUGAR DE DESTAQUE.

tendência que se aprofundou com a democratização do país, em 1985. O contexto da Guerra Fria, em conjunto com as crises internas do Brasil, demonstrou algumas incompatibilidades entre o Brasil e os Estados Unidos, algumas das quais perduraram com a entrada no século XXI. Os momentos

de maior centralidade de um na política externa do outro não foram suficientes para forjar uma estratégia coesa e conferir-lhes um lugar de destaque.

As variáveis atrás enunciadas não se dissociam dos seus momentos políticos. Contrariamente ao que acontecera na década de 1990, em particular durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, quando o Brasil e os Estados Unidos partilhavam visões semelhantes quanto à organização do sistema internacional e das relações hemisféricas (Hirst & Pereira, 2024), nos três governos de Lula da Silva isso não se verificou. Pode até afirmar-se que em 2025 essas diferenças se intensificaram, com a coincidência de Lula da Silva na presidência do Brasil e de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, em 2003, tradicionalmente cético a qualquer aproximação consistente e continuada com os Estados Unidos, colocou entre os formuladores de política externa personalidades como Marco Aurélio Garcia, Samuel Pinheiro Guimarães ou Celso Amorim, que partilhavam desse antiamericanismo não evitando que esse sentimento se cristalizasse na prática da política externa brasileira.

No segundo mandato de Lula (2007-2010), assistiu-se a um «estágio de respeito mútuo e normalização institucional» das relações entre o Brasil e os Estados Unidos (Milani, 2011, p. 81). Não existiu um afastamento absoluto entre os dois países, mas também não se forjou a crença de que uma estratégia de aproximação ou de aprofundamento da relação bilateral seria vantajosa e benéfica para o Brasil, pois «na constelação do projeto autonomista, é perfeitamente plausível para o Brasil ser defensor de princípios tipicamente liberais e, apesar disso, discordar dos Estados Unidos» (Spektor, 2014, p. 26). Nas últimas duas décadas dois momentos de tensão marcaram as relações entre os dois países. O primeiro, em 2010, no último ano de mandato do Presidente Lula,

quando o Brasil participou com a Turquia, à revelia dos Estados Unidos e do Conselho de Segurança da ONU, numa solução diplomática para a crise do nuclear iraniano, e que permitiu a assinatura do Acordo de Teerão sobre a atividade nuclear (BBC News Brasil, 2010). O segundo, durante o mandato da Presidente Dilma Rousseff, quando foram tornadas públicas ações de espionagem à Presidente brasileira pela Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (Câmara dos Deputados, 2013) – razão para ser cancelada uma visita oficial ao Estados Unidos, prevista para outubro de 2013, e para moldar as relações entre a Presidente Dilma e o Presidente Barack Obama, marcadas por altos e baixos.

Embora, no início do milênio, os Estados Unidos tenham começado a diferenciar o Brasil dos restantes países da América do Sul, isso não levou a qualquer alteração de estatuto do país que na visão norte-americana continuava «circunscrito ao âmbito regional» (Barbosa, 2011, p. 36). Deste modo, a diplomacia brasileira tem-se empenhado em apresentar alternativas às propostas norte-americanas, quer seja para a região quer para determinados assuntos da agenda internacional. As preocupações de política externa dos Estados Unidos, que não incluem o Brasil – o país não representa uma ameaça para os Estados Unidos nem um potencial desestabilizador da região –, assim como a inexistência de um reconhecimento estratégico do Brasil pelos Estados Unidos, explicam a recorrente ausência do Brasil na estratégia externa norte-americana. Ao longo do século XXI, o Brasil apresentou-se, por isso, mais preparado para lidar com os Estados Unidos do que o inverso, adquirindo margem de manobra em questões como a negociação da Área de Livre Comércio das Américas, as negociações na OMC e as políticas comerciais, a cooperação energética ou as políticas climáticas e ambientais.

Ao mesmo tempo, ao longo do século XXI, assistiu-se à diminuição da influência dos Estados Unidos na América do Sul, enquanto a preponderância regional do Brasil se consolidava e a influência da China aumentava a nível comercial e industrial. A relação Brasil-Estados Unidos não foi prioritária para nenhum destes atores, com exceção do período Temer-Bolsonaro, quando os dois presidentes brasileiros observavam os Estados Unidos como o aliado necessário para o progresso económico e o prestígio internacional do Brasil. O regresso de Lula, em 2023, favoreceu uma aproximação com os Estados Unidos de Biden, mas que não se prolongou no tempo face às diferenças «no terreno da política internacional» (Hirst & Pereira, 2024, p. 60). Com a ESN de 2025, a América Latina, e o hemisfério ocidental em geral, regressou às prioridades norte-americanas. Esta opção não se deve, porém, à agenda de cooperação existente entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, mas antes ao objetivo norte-americano de recuperar a Doutrina Monroe e o Corolário Roosevelt, atualizado para Corolário Trump. Esta visão define todo o hemisfério ocidental como a área de influência dos Estados Unidos e é entendida como «uma restauração sensata e poderosa do poder e das prioridades americanas, em consonância com os interesses de segurança americanos» (Estratégia de Segurança Nacional, 2025, p. 15).

TRUMP 2.0 E O BRASIL: DA GUERRA ÀS TRÉGUAS

Ao contrário da relação com os Estados Unidos, desde o início do milénio, e com uma pequena brecha na última década (2016-2018-2022) – que representa, em contrapartida, o período de maior convergência ideológica e estratégica com os Estados Unidos –, a estratégia externa do Brasil para com alguns dos países do Sul Global foi mais densa e prioritária. Prevalecendo na política externa do Brasil os valores ocidentais e da ordem liberal, a visão quanto à estrutura de governança do sistema internacional alinha-se com o Sul Global, nomeadamente a necessidade de reformar as instituições e de incluir aqueles Estados nos órgãos e nos processos de tomada de decisão.

A ideia do Sul Global é parte da identidade internacional do Brasil, operacionalizando-se na sua política externa de formas distintas ao longo da história. Tal como é partilhado com outros países do Sul Global, também o Brasil tem um sentimento de insatisfação, desconfiança e exclusão em relação ao envolvimento económico e estratégico do Ocidente, e dos Estados Unidos em particular, com os países menos desenvolvidos. No discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2025, o Presidente Lula reiterou que «A voz do Sul Global deve ser ouvida. (...) Nossa missão histórica é a de torná-la novamente portadora de esperança e promotora da igualdade, da paz, do desenvolvimento sustentável, da diversidade e da tolerância.» (Silva, 2025c). Contrariamente à relação com os Estados Unidos, desenvolveu-se com a China uma aproximação que beneficiou das coincidências ideológicas quando a América Latina «virou à esquerda» e se mostrou aberta ao aprofundamento das relações económicas e comerciais com Pequim. Este envolvimento fez da China, a partir de 2009, o principal parceiro comercial do Brasil e de muitos outros países da região (Cardoso, 2013), estabelecendo uma dependência porventura maior do que a existente com os Estados Unidos, tornando-o decisivo no crescimento económico dos países latino-americanos na primeira década do século XXI.

As estratégias que enformam o princípio autonomista brasileiro³ pretendem essencialmente dar capacidade de negociação e de resistência a pressões, e fornecer parcerias alternativas ao poder dos Estados Unidos. A construção de coligações pelo Brasil não visa a criação de «identidades coletivas», mas antes o aumento do poder relativo do Brasil em negociações internacionais e «fazer do país um elemento necessário para a obtenção de grandes acordos multilaterais» (Spektor, 2014, p. 30). Objetivo que se repete na prioridade atribuída à participação nas instituições multilaterais, como forma de agregar mais poder perante as suas vulnerabilidades relacionadas com o poder económico ou militar (Fonseca, 2019).

O entendimento que o Brasil tem sobre o Sul Global reflete-se no modo como o país maximizou os mecanismos multilaterais em benefício próprio para, simultaneamente, promover efeitos nos países menos desenvolvidos, apresentar-se como o seu interlocutor e alavancar a sua capacidade de negociação e de protagonismo internacional. Apesar desta postura, o revisionismo da política externa do Brasil não foi feito por

confrontação com os Estados Unidos, mantendo-se quase sempre uma relação pragmática, que embora não fosse considerada estratégica ou fundamental, permitiu definir áreas pontuais de cooperação, como a cooperação em matéria de defesa ou de energia. Ao contrário de países como a China, a Rússia, a Venezuela ou o Irão, o Brasil não se apresenta como um «destruidor» do sistema internacional, na terminologia de Schweller (2011), pois embora pretenda contribuir para a reforma de algumas das instituições e das regras da ordem internacional, não o faz de forma destrutiva. Aliás, na perspetiva de Jeffrey W. Legro sobre a identidade internacional, o Brasil poderia ser definido como um ator com uma identidade «rebelde» face ao seu ímpeto para a mudança com o fim de «transformar as regras e as práticas dominantes», mas reconhecendo que apenas alguns dos interesses nacionais poderão ser cumpridos através das alterações sistémicas (Legro, 2009).

Ao longo de 2025, e sob a ótica de «ou estão comigo ou estão contra mim», a Administração Trump 2.0 percecionou de igual forma o Brasil e todos os outros países identificados com o Sul Global.

Paralelamente, esses países têm tentado redefinir a sua relação com Washington, como é o caso da Índia que tem «ajustado o peso relativo dos EUA no seu portfolio de parceiros» perante a incerteza e a falta de confiança nas ações dos Estados Unidos

AO LONGO DE 2025, E SOB A ÓTICA DE «OU ESTÃO
COMIGO OU ESTÃO CONTRA MIM»,
A ADMINISTRAÇÃO TRUMP 2.0 PERCECIONOU DE
IGUAL FORMA O BRASIL E TODOS OS OUTROS
PAÍSES IDENTIFICADOS COM O SUL GLOBAL.

(Madan, 2026), o que, em conjunto com as ações provocatórias de Trump e perante a competição internacional com a China, tem sido um catalisador da aproximação entre os países do Sul Global. Esta aproximação ficou plasmada, por exemplo, no alargamento dos BRICS em 2024, ação que respondeu essencialmente aos interesses da China e da Rússia na tentativa de abarcarem aliados para as suas pretensões internacionais. No mesmo sentido, o boicote dos Estados Unidos à realização da cimeira do G20, na África do Sul, não foi suficiente para impedir a sua realização, momento que foi aproveitado ainda para reunir o Fórum IBAS (Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul). Na ocasião, o Presidente Lula comparou a agenda do IBAS com os BRICS e o G20 para realçar os elementos diferenciadores do IBAS no que concerne o respeito pelos direitos humanos, a participação social, a governança global, assim como o respeito pela democracia, afirmando que «a condição de grandes emergentes do Sul Global e de grandes democracias confere ao IBAS identidade e aptidões próprias» (Silva, 2025d). Ainda assim, a reunião dos chefes de Estado do IBAS, que não acontecia desde 2011, foi um esforço diplomático com um carácter mais simbólico do que prático.

Na relação com Washington, o terceiro mandato de Lula iniciou-se com a sobreposição de duas variáveis políticas: a tradicional «conexão interdemocrática Brasil-EUA» versus «os laços e lealdades entre grupos e lideranças da extrema-direita» reforçados com a reeleição de Trump em 2024 (Hirst & Pereira, 2024, p. 57). A isto somaram-se as dinâ-

micas do sistema internacional e, com a chegada de Trump, decisões mais favoráveis a um distanciamento do que a uma aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. No discurso de tomada de posse como ministro das Relações Exteriores, em 2023, Mauro Vieira enunciava aquela que era a visão do Brasil para a relação com os Estados Unidos: uma «relação entre iguais» e «sem alinhamentos automáticos». Se ao longo de 2025 este último ideal pôde ser posto em prática – com o Governo brasileiro a distanciar-se de Washington –, Donald Trump não percecionava o Brasil, nem provavelmente qualquer outro país, como um par, sendo difícil estabelecer um relacionamento equilibrado. Como consequência, prevaleceu uma relação de mútua indiferença no primeiro trimestre de 2025, a qual logo foi quebrada quando Donald Trump anunciou

o «Dia da Libertação» a 2 de abril de 2025.

A IDEOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP OPÕE-SE A ALGUNS DOS EIXOS TRADICIONAIS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA, NOMEADAMENTE O RECURSO E O APOIO AO MULTILATERALISMO, ASSIM COMO DIVERGE, POR EXEMPLO, NA PROMOÇÃO DAS POLÍTICAS DE COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS.

Nesse dia, a Casa Branca decidiu impor taxas às exportações de outros países para os Estados Unidos. Às exportações brasileiras foi aplicada uma taxa de 10% (Folha de São Paulo, 2025a).

Como já tinha ficado claro no seu primeiro mandato, a ideologia da Administração Trump opõe-se a alguns dos eixos tradi-

cionais da política externa brasileira, nomeadamente o recurso e o apoio ao multilateralismo, assim como diverge, por exemplo, na promoção das políticas de combate às alterações climáticas. Premissas que o Presidente Lula realçara no discurso de abertura na Assembleia Geral da ONU, em 2025, ao afirmar que «o século 21 será cada vez mais multipolar. Para se manter pacífico, não pode deixar de ser multilateral» (Silva, 2025c). Em contrapartida, a política comercial⁴ que a Administração Trump 2.0 foi desenvolvendo ao longo do ano mostrou que são os próprios Estados Unidos que pretendem destruir a ordem liberal assente em regras e instituições multilaterais. Do mesmo modo, as tentativas norte-americanas de contenção da China na América Latina ficaram explícitas no final de 2025 tanto na ESN como na operação de captura de Nicolas Maduro na Venezuela. A isto acresce a desconfiança de uma parte da Administração norte-americana relativamente ao Brasil devido às fortes relações com a China (Kalout, 2025).

A relação Brasil-Estados Unidos foi, por isso, influenciada pelos valores promovidos por cada Presidente no exercício das respetivas políticas externas. O Presidente Lula advoga o respeito pelas regras da ordem internacional liberal, nomeadamente o direito internacional e a resolução pacífica de conflitos como é prática histórica da diplomacia brasileira. Em oposição, o Presidente Trump demarca-se desses valores através da «coerção, diplomacia transacional, ou imposições unilaterais» (Ibidem). Duas visões que têm pouco em comum, mas em que o pragmatismo dos Presidentes potenciou uma aproximação entre os países.

Assim, ao longo de 2025, a ideologia, a estratégia e as opções de Donald Trump contribuíram para um dos momentos de menor intensidade do relacionamento Brasil-Estados Unidos, para, de seguida, se assistir a um outro momento de reviravolta na relação.

O primeiro momento, de menor intensidade, explica-se pelo que viria a ser apresentado na ESN dos Estados Unidos. O documento refere que o objetivo norte-americano no hemisfério ocidental é que «as outras nações nos vejam como o seu parceiro de primeira escolha, e nós iremos desencorajar (de várias formas) a colaboração deles com outros» (Estratégia de Segurança Nacional, 2025, p. 17). Acrescenta que pretendem recuperar a «proeminência americana no Hemisfério Ocidental» através da implementação dos princípios da Doutrina Monroe e do designado «Corolário Trump» (Ibidem, p. 15). Todo este ideário é diametralmente contrário à visão que o Brasil tem para a América Latina bem como para a relação Brasil-Estados Unidos, assim como colide com os princípios brasileiros de política externa relativos à diversificação de parcerias, mesmo quando não prescinde de uma relação mais próxima com os Estados Unidos. Por essa razão, nas primeiras décadas do século XXI, e face à indiferença norte-americana, a diplomacia brasileira referia com satisfação que «a região assenhorou-se da sua própria agenda»⁵, sem reconhecer a dependência que gradualmente se viria a criar com a China.

As decisões comerciais norte-americanas inserem-se na política comercial, ou «diplomacia comercial», como também é cunhada na Estratégia de Segurança Nacional (2025, p. 16), com vista a pressionar os países não alinhados com Washington, não apenas no que se refere ao comércio, mas a quaisquer outras matérias de política doméstica ou internacional. O documento apresenta-a de forma muito clara ao referir que os Estados Unidos irão recorrer à diplomacia comercial enquanto «poderosa ferramenta [...] para reforçar a nossa própria economia e indústrias, usando tarifas e acordos comerciais recíprocos» (Ibidem, p. 16). Alguns autores referem por isso que «a era Trump se tornará, muito provavelmente num caso clássico da geoeconomia, de como fazer uso das armas do comércio para se atingirem fins geopolíticos» (Thorstensen & Prado, 2025, p. 36).

Neste quadro, também se pode inscrever a pressão norte-americana exercida sobre a justiça brasileira para que parasse as investigações em curso ao antigo Presidente Jair Bolsonaro, suspeito de desenhar um golpe de Estado após as eleições de 2022. Esta é também considerada a razão para a aplicação de tarifas às exportações do Brasil para os Estados Unidos, primeiro, em abril, de 10%, e depois, em julho, um acréscimo de 40% (Folha de São Paulo, 2025c, 2025a)⁶, assim como a aplicação da Lei Magnitsky⁷ e a revogação de vistos a autoridades brasileiras e alguns dos seus familiares. A resistência brasileira explica-se não só pelas diferentes visões sobre o papel do Brasil e pelas diferenças ideológicas entre os dois governos, mas, acima de tudo, pela menor dependência comercial de Brasília relativamente a Washington, compensada, como já referido, pela China, nas últimas duas décadas. As análises, contudo, não são consensuais sobre os reais benefícios, a curto prazo, das tarifas na economia norte-americana (Frankel, 2025;

Johnson, 2026; Lynn, 2025; The Economist, 2025b), registando-se inclusivamente um relativo aumento dos preços de alguns produtos, como a carne e o café, com um efeito negativo na opinião pública (Euronews, 2025). Foi até evidenciado que a estratégia comercial de Trump teve o efeito contrário porque aproximou, ainda mais, o Brasil da China, aumentando em 31% os envios do Brasil para a China (Estefan, 2025).

Além do «tarifaço», a Administração Trump 2.º aplicou a Lei Magnitsky ao juiz Alexandre de Moraes assim como à sua esposa e filhos e a revogação de vistos a cerca de duas dezenas de autoridades brasileiras (Departamento de Estado 2025; Estado de São Paulo, 2025, Ministério das Relações Exteriores, 2025)⁸. A declaração do Departamento de Estado afirmava que o juiz brasileiro

abusou da sua autoridade ao envolver-se num esforço direccionado e politicamente motivado, concebido para silenciar críticos políticos através da emissão de ordens secretas que obrigavam plataformas online, incluindo empresas de redes sociais dos Estados Unidos, a banir as contas de indivíduos por publicarem discurso protegido. (Departamento de Estado, 2025)

A ausência de sustentação nos argumentos utilizados por Marco Rubio evidencia a parcialidade ideológica da Casa Branca nas relações com outros países. Aliás, ainda antes de ser nomeado secretário de Estado, Marco Rubio já tinha deixado claro qual o seu entendimento sobre os governos de esquerda da América Latina, criticando simultaneamente a permissividade do então Presidente Biden. Em relação ao Brasil, reprovava as relações de Lula com a Venezuela e a sua proximidade com a China (Sweigart, 2024). As diferenças de tratamento ao Governo brasileiro e ao Governo argentino, a quem os Estados Unidos concederam apoio financeiro nas eleições legislativas de outubro de 2025, ilustram claramente esse enviesamento (The Washington Post, 2025). Por conseguinte, numa carta publicada no sítio da Casa Branca, em julho de 2025, e dirigida ao Presidente Lula, o Presidente Donald Trump afirmava que

a forma como o Brasil tem tratado o antigo Presidente Bolsonaro, um Líder Altamente Respeitável por todo o mundo durante o seu Mandato, incluindo pelos Estados Unidos, é uma desgraça internacional. Este Julgamento não deveria estar a ter lugar. É uma Caça às Bruxas que deveria parar IMEDIATAMENTE⁹. (Trump, 2025a)

As palavras geraram incómodo em Brasília, com o Presidente Lula a acusar Bolsonaro e o seu filho Eduardo pelas ações de Washington (Folha de São Paulo, 2025b).

A resposta de Lula, em entrevista ao *Jornal Nacional*, foi bastante contundente. O Presidente brasileiro afirmou ser «inaceitável que o Presidente Trump mande uma carta pelo site dele, em que começa dizendo que é preciso acabar com a caça às bruxas» (Silva, 2025a). Na entrevista, Lula explicou ainda que as razões apresentadas pelo Presidente

Trump não tinham fundamento e que o Presidente norte-americano «deve estar muito mal informado [...]». Portanto, não existe explicação a não ser uma falta de informação» (Ibidem). Lula mostrou-se disponível para dialogar com o Presidente norte-americano assim ele abrisse esse canal de diálogo, caso contrário «o Brasil utilizará a Lei da Reciprocidade quando necessário» (Ibidem) e procurará diversificar os mercados para os produtos brasileiros.

O antagonismo entre os dois líderes subiu de tom com a condenação de Jair Bolsonaro, a vinte e sete anos de prisão, e a expectativa de que os Estados Unidos retaliassem com a aplicação de novas tarifas aos produtos brasileiros e alargassem a Lei Magnitsky a outras autoridades brasileiras, conforme o secretário de Estado norte-americano anunciara (Fox News, 2025). A revista *The Economist* dava conta, por isso mesmo, que «depois da sentença, o filho de Bolsonaro, Eduardo, mudou-se para o Texas para fazer lobby pela causa do seu pai, sugerindo que mais sanções contra os juízes do Supremo Tribunal Federal estão a caminho» (The Economist, 2025a, p. 42).

Perante as declarações das autoridade norte-americanas, o Governo brasileiro respondeu com um artigo do Presidente Lula publicado no *The New York Times*. Lula reforçou que os argumentos da Administração Trump para a imposição de tarifas estavam equivocados dado que nem existe um déficit comercial dos Estados Unidos relativamente ao Brasil, nem o Brasil estava a censurar as empresas tecnológicas norte-americanas ou a cometer ilegalidades no comércio digital. Perante isso, ficara «evidente que a motivação da Casa Branca é política» recordando que o secretário de Estado-Adjunto, Christopher Landau, já se tinha referido nesses termos a empresários brasileiros (Silva, 2025b).

De forma clara, Lula adiantou as razões dos Estados Unidos ao recorrerem «às tarifas e à Lei Magnitsky para procurar a impunidade para o ex-Presidente Jair Bolsonaro, que orquestrou uma tentativa falhada de golpe em 8 de janeiro de 2023, numa tentativa de subverter a vontade popular expressa nas urnas» (Ibidem). Apesar deste cenário, Lula foi cauteloso, acentuando a disponibilidade do Brasil para continuar com as negociações, embora «a democracia e a soberania do Brasil não estejam em cima da mesa» (Ibidem). Ao terminar com um elogio às relações Brasil-Estados Unidos, que no seu entender «são duas grandes nações capazes de se respeitar mutuamente e cooperar para o bem dos brasileiros e dos americanos» (Ibidem), Lula demonstrou a resistência do Brasil às decisões unilaterais dos Estados Unidos sem adotar um tom de hostilidade relativamente à Administração norte-americana.

Nas Nações Unidas, Lula da Silva voltou a referir que a «democracia e a soberania brasileira não são negociáveis», sem se referir aos Estados Unidos, mas enunciando que,

O ANTAGONISMO ENTRE OS DOIS LÍDERES SUBIU DE TOM COM A CONDENAÇÃO DE JAIR BOLSONARO E A EXPECTATIVA DE QUE OS ESTADOS UNIDOS RETALIASSEM COM A APLICAÇÃO DE NOVAS TARIFAS AOS PRODUTOS BRASILEIROS E ALARGASSEM A LEI MAGNITSKY A OUTRAS AUTORIDADES BRASILEIRAS.

apesar das «medidas unilaterais e arbitrárias contra nossas instituições e nossa economia [, que] conta com o auxílio de uma extrema-direita subserviente e saudosa de antigas hegemonias», o Brasil continuaria como «nação independente e como povo livre de qualquer tipo de tutela» (Silva, 2025c). Donald Trump, por sua vez, recorreu ao estilo que lhe é próprio e afirmou que estava disponível para fazer negócios com o Brasil porque «nós [Lula e Trump] tivemos uma excelente química, pelo menos nos 39 segundos [de conversa]. Isso é um bom sinal», acrescentando que «o Brasil está indo mal e continuará indo mal. Eles só conseguem ir bem quando estão trabalhando connosco. Sem nós, eles fracassarão, assim como outros fracassaram» (Trump, 2025b).

Desta forma pouco amistosa, Donald Trump abria o canal de diálogo entre os dois países e começava a dar sinais da alteração da sua percepção sobre o Presidente Lula e o Brasil, o que viria a contribuir para que se assistisse a uma reviravolta na relação. A mudança de opinião de Donald Trump sobre o Brasil, consequência das ações da diplomacia brasileira e do Presidente Lula – que parecem não ter sido previstas pela Administração norte-americana –, assim como dos encontros que se seguiram entre os presidentes e as diplomacias dos dois países, permitiram desenhar um ponto de equilíbrio que culminou com a eliminação das taxas a alguns produtos brasileiros (G1, 2025; Nicas, 2025). Estes encontros permitiram ainda evidenciar, paradoxalmente, a atenção que Washington deu a Brasília no último trimestre de 2025 (Costa, 2025). Antes dessa decisão norte-americana de suspensão das taxas, já se conjeturava sobre a «frustração para a administração Trump» do insucesso das medidas escolhidas para atacar o Brasil, as quais «falharam em influenciar o resultado do julgamento de Bolsonaro [...], [e] tinham causado poucos danos económicos enquanto reforçavam nas sondagens Luiz Inácio Lula da Silva» (The Economist, 2025a, p. 42).

De acordo com a imprensa, foram notórias as diferenças de opinião de Marco Rubio, secretário de Estado norte-americano, e de Richard Grenell, encarregado de missões especiais do Governo Trump, sobre as decisões a tomar pelo Governo norte-americano. Perante as consequências não avisadas da aplicação das tarifas aos produtos brasileiros e o lóbi dos empresários brasileiros em Washington, Trump pôs de lado as opiniões de Rubio e da família Bolsonaro e deu indicação a Grenell para reunir em Brasília com o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Mauro Vieira, e o assessor especial do Presidente Lula, Celso Amorim, no início de setembro (Costa, 2025).

Conforme dá conta a reportagem na revista Piauí, o fugaz encontro de Trump e de Lula na Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2025, preparado previamente nos bastidores por Richard Grenell¹⁰ e o Itamaraty, foi o mote para os encontros e as conversas que se seguiram entre Trump e Lula, e entre Rubio e Vieira. Marco Rubio ficou encarregue de negociar a abolição das taxas com o Governo brasileiro, algo que não foi bem visto pelo Palácio do Planalto dado que Rubio tinha impulsionado a aplicação dessas mesmas tarifas, além de ser bastante próximo da família Bolsonaro (BBC News Brasil 2025; Valor Econômico, 2025). Estes elementos foram, contudo, insuficientes

para não atender os pedidos de Brasília e, em dezembro de 2025, além de reverem as taxas comerciais, os Estados Unidos retiraram as sanções a Alexandre de Moraes, à sua esposa e à empresa do juiz (Folha de São Paulo, 2025d).

Durante estes meses, assistiu-se a um relativo consenso entre jornalistas, analistas e autoridades brasileiras e internacionais relativamente à forma como Brasília se posicionou face à estratégia de Washington, tanto na ingerência dos assuntos internos brasileiros como na resistência à aplicação das taxas comerciais. Estes episódios foram considerados como «uma derrota diplomática» dos Estados Unidos, tornando-se o Brasil «num caso de estudo de como desafiar as exigências de Trump» (Estefan, 2025). Consenso que se intensificou quando Trump reverteu as suas decisões (Encarnación, 2025; Le Monde, 2025b; Nicas, 2025). O próprio secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, alterou o discurso sobre o Brasil afirmando que

acho que fizemos progressos inclusive no comércio. Temos mais trabalho a ser feito. Os dois presidentes deram-se bem e achamos que isso foi importante nessas conversas. [...] Temos muitas questões em comum com o Brasil nas quais gostaríamos de trabalhar juntos e ter vínculos fortes. [...] Também tivemos alguns desentendimentos sobre algumas coisas ao longo dos anos, mas sinto que esse relacionamento está em uma trajetória positiva. (CNN Brasil, 2025)

O Governo e os empresários brasileiros, assim como o «grupo pró-China» do Partido dos Trabalhadores, provavelmente interpretam as decisões da Casa Branca, e consequentes mudanças de discurso e de atitude, como um indicador favorável ao reforço da aproximação do Brasil com a China de forma a preservar uma alternativa aos efeitos das decisões unilaterais de Donald Trump, quase sempre pouco fundamentadas e desfasadas da realidade.

Não significa, no entanto, e como ficou demonstrado, que o Brasil pretenda ou possa excluir os Estados Unidos do seu leque de parceiros. As eleições presidenciais brasileiras de 2026, por sua vez, poderão trazer um novo elenco de prioridades à política externa do Brasil. Antes disso, porém, o Brasil estará, provavelmente como nunca antes, de olhos postos nas eleições intercalares norte-americanas.

Nas últimas duas décadas não se assistiu a uma convergência relevante entre o Brasil e os Estados Unidos. A análise dos episódios atrás retratados mostra, porém, como a relação dos Estados Unidos com o Brasil,

ao longo do primeiro ano da Administração Trump 2.0, foi menos influenciada pelas vulnerabilidades brasileiras, e mais pelos impulsos e pela inconsistência da estratégia de

A RELAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS COM O BRASIL, AO LONGO DO PRIMEIRO ANO DA ADMINISTRAÇÃO TRUMP 2.0, FOI MENOS INFLUENCIADA PELAS VULNERABILIDADES BRASILEIRAS, E MAIS PELOS IMPULSOS E PELA INCONSISTÊNCIA DA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA E DOS DISSENSOS INTERNOS NORTE-AMERICANOS.

política externa e dos dissensos internos norte-americanos, assim como pela mútua falta de confiança e pelo desconhecimento norte-americano de parte da realidade brasileira.

CONCLUSÃO

Este artigo partiu do conceito de «Sul Global» enquanto categoria analítica para examinar as orientações fundamentais da política externa de Donald Trump na sua versão 2.0 e as suas implicações para as relações dos Estados Unidos com os países da América Latina, de África e da Ásia. Ao longo da análise, argumentou-se que esta categoria, entendida não apenas como designação geográfica, mas como construção histórica, política e relacional, permite captar de forma particularmente clara os padrões de hierarquia, de assimetria e de diferenciação que estruturam a atual projeção internacional dos Estados Unidos sob a Administração Trump.

A análise mostrou que, apesar de algumas aparentes convergências superficiais, nomeadamente a recusa em recentrar a política internacional na clivagem entre democracia e autocracia, a visão de mundo expressa nos documentos estratégicos e nas práticas diplomáticas da Administração Trump diverge de forma significativa das perspetivas dominantes no Sul Global. Em particular, a aposta numa leitura do sistema internacional organizada em torno de esferas regionais, de hierarquias explícitas e de pretensões hegemónicas entra em tensão direta com a tradição histórica de rejeição dessas lógicas por parte de muitos países do Sul Global, desde Bandung e o Movimento dos Não-Alinhados até às atuais estratégias de diversificação de parcerias. O estudo de caso do Brasil permitiu observar, de forma empírica, como estas orientações gerais se traduzem em práticas concretas. Longe de procurar estabilizar a relação bilateral ou minimizar custos políticos e económicos, a Administração Trump tem privilegiado uma abordagem marcada pela pressão, pela instrumentalização de políticas económicas e comerciais e pelo desdém por fóruns multilaterais valorizados por Brasília. Este padrão não só contribui para o arrefecimento da relação Estados Unidos-Brasil, como reforça, no plano mais amplo, a perceção de que os Estados Unidos sob Trump são um parceiro pouco confiável e orientados por uma lógica essencialmente transacional. Ao mesmo tempo, o caso brasileiro ilustra como esta postura tende a incentivar estratégias de política externa multidirecionais e a procura de alternativas, sem que isso implique, necessariamente, um afastamento formal ou ideológico em relação a Washington.

Em termos mais gerais, o artigo sustenta que a política externa de Trump 2.0, ao invés de reforçar a posição dos Estados Unidos no Sul Global, tende a contribuir para o seu progressivo desgaste enquanto polo de atração e referência política. Ao privilegiar uma conceção abertamente hierárquica do sistema internacional e ao tratar muitos países do Sul Global sobretudo como objetos de pressão e não como parceiros estratégicos, a Administração norte-americana arrisca-se a acelerar dinâmicas de afastamento relativo e de reconfiguração de alianças.

Deste modo, o caso do Brasil confirma o valor heurístico do Sul Global enquanto categoria analítica para avaliar a natureza, a magnitude e as consequências do tipo de relação que a Administração Trump procura estabelecer com as regiões do mundo não ocidental. Sugere que compreender a política externa dos Estados Unidos no atual contexto exige não apenas a análise das suas intenções declaradas, mas também uma atenção sistemática aos efeitos estruturais e relacionais das suas práticas sobre uma ordem internacional cada vez mais marcada pela competição, pela fragmentação e, se assim continuar, pelo caos. **REI**

Data de receção: 20 de janeiro de 2026 | Data de aprovação: 30 de março de 2026

Daniel Cardoso Professor associado e coordenador da licenciatura em Relações Internacionais na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Investigador integrado no IPRI-NOVA. Os seus interesses centram-se na governança internacional em rede e multinível e na política externa do Brasil, da China e da União Europeia, com publi-

cações em revistas como *Third World Quarterly*, *South European Society and Politics*, *Contexto Internacional* e *East Asia Journal*.

> UAL, Rua de Santa Marta, 47, 3.º Andar, 1150-293 Lisboa, Portugal | dcardoso@autonoma.pt | <https://orcid.org/0000-0002-7009-5952>

Carmen Fonseca Investigadora integrada e diretora do IPRI-NOVA. Professora auxiliar com agregação no Departamento de Estudos Políticos da NOVA FCSH. Em 2023 foi professora visitante na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e na UnB (Universidade de Brasília), e em 2012 investigadora visitante na Fundação Getúlio Vargas. Integra projetos de investigação com

financiamento internacional e tem publicado sobre política externa brasileira e relações Brasil-União Europeia e Portugal-Brasil.

> IPRI-NOVA, Rua de D. Estefânia, 195, 5.º D.º, 1000-155 Lisboa, Portugal | carmen.fonseca@fcsh.unl.pt | <https://orcid.org/0000-0003-2797-7754>

NOTAS

¹ Salvo indicação em contrário, todas as citações são traduções livres dos autores.

² O G20 foi criado em 1999 para discutir os assuntos económicos internacionais reunindo os ministros das Finanças e os representantes dos bancos centrais das principais economias mundiais – 19 países e duas organizações regionais. A partir de 2008 passou a ser uma reunião dos chefes de Estado ou de governo de algumas das maiores economias. Os Estados Unidos têm a presidência do G20 em 2026.

³ Matias Spektor considera que desde o regime militar o Brasil implementou cinco estratégias autonomistas: balanceamento,

diversificação, construção de coligações, distanciamiento e pertencimento. Acrescenta que até então o Brasil não implementou, ou fê-lo apenas parcialmente, outras quatro estratégias: de balanceamento de poder, de institucionalização, de deslegitimação e de alinhamento automático (Spektor; 2014, pp. 28-33).

⁴ Sobre a política tarifária de Trump em 2025 e em particular o caso brasileiro, ver, por exemplo, Thorstensen e Prado (2025).

⁵ Entrevista realizada pela autora, 2012.

⁶ Os Estados Unidos implementaram tarifas a 69 países, desde o Canadá, aos países da União Europeia, à Índia, à China, ao Lesoto e

à Venezuela, mas o Brasil foi o país com a taxa mais elevada, embora com uma lista de exceção de cerca de setecentos produtos.

⁷ A Lei Magnitsky é um mecanismo legal norte-americano que prevê a aplicação de sanções económicas e suspensão de vistos a pessoas acusadas de crimes de corrupção ou graves violações de direitos humanos e que prescinde de processo judicial.

⁸ Entre os vários políticos, magistrados e seus familiares, funcionários e ex-funcionários do Governo brasileiro a quem foram cancelados os vistos, os Estados Unidos cancelaram também o visto do ministro da Saúde, Alexandre Padilla; de um funcionário

e de um ex-funcionário do Ministério da Saúde, argumentando que, durante o Governo Dilma Rousseff, tinham sido «cúmplices do esquema do regime cubano de exportação de trabalho forçado» no âmbito do Programa «Mais Médicos» que visava colmatar a falta

de médicos nas cidades do interior e nas periferias das grandes cidades do Brasil (Estado de São Paulo, 2025).

⁹ O realce utilizado (versaletes) corresponde à versão original da carta.

¹⁰ A Embaixada dos Estados Unidos em Brasília tem um embaixador interino, o encarregado de Negócios, Gabriel Escobar, desde 21 de janeiro de 2025. Cf. U.S. Mission Brazil. (n. d.).

BIBLIOGRAFIA

Acharya, A. (2014). *The end of American world order*. Polity Press.

Aeberhard, D., Hagan, R., & McGrath, M. (2026, março 30). *Trump withdraws US from key climate treaty and dozens of other groups*. BBC News. <https://www.bbc.com/news/articles/cp80ln97py5o>

Al Jazeera. (2023, setembro 16). *Global South leaders demand end of «plundering international order»*. <https://www.aljazeera.com/news/2023/9/16/global-south-leaders-demand-end-of-plundering-international>

Alden, C., Brender, F., & Fiala, L. (2024). *Trump 2.0 and U.S.-China competition across the Global South*. The China-Global South Project. <https://chinaglobalsouth.com/analysis/trump-2-0-and-u-s-china-competition-across-the-global-south/>

Almeida, M. H. T. de, & Fernandes, I. F. (2022). O Brasil e a América do Sul: Notas sobre o passado recente. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, 1, 130-147. <https://cebri-revista.emnuvens.com.br/revista/article/view/9>

ANI News. (2023, maio 20). «Global South» not included in G7 Hiroshima communique. <https://www.aninews.in/news/world/asia/global-south-not-included-in-g7-hiroshima-communique20230520215053/>

Barbosa, R. (2011). *O dissenso de Washington: Notas de um observador privilegiado sobre as relações Brasil-Estados Unidos*. Agir.

BBC News Brasil. (2010, maio 17). *Irã assina acordo nuclear proposto por Brasil e Turquia*. https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/05/100517_ira_acordo_pu

BBC News Brasil. (2025, outubro 7). *Por que Marco Rubio pode ser um obstáculo para a aproximação entre Lula e Trump*. <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gwdww2xw0o>

Beattie, A. (2023, setembro 14). The «Global South» is a pernicious term that needs to be retired. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/7f2e0026-56be-4f3d-857c-2ae3a297daab>

Boucher, J.-C., & Thies, C. G. (2019). «I am a tariff man»: The power of populist foreign policy rhetoric under President Trump. *The Journal of Politics*, 81(2), 712-722. <https://doi.org/10.1086/702229>

Bourdieu, P. (1998). *Practical reason*. Stanford University Press. <https://www.sup.org/books/sociology/practical-reason>

BRICS. (2025, julho 6). *Declaração de líderes do BRICS*. Ministério das Relações Exteriores. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025

Calabrese, J. (2024). *Will Trump push the Global South into China's arms?* ThinkChina. <https://www.thinkchina.sg/politics/will-trump-push-global-south-chinas-arms>

Câmara dos Deputados. (2013, setembro 2). *Denúncia de espionagem da presidenta Dilma pelos Estados Unidos repercute na Câmara*. <https://www.camara.leg.br/tv/413485-denuncia-de-espionagem-da-presidenta-dilma-pelos-estados-unidos-repercute-na-camara/>

Cardoso, D. (2013). China-Brazil: A strategic partnership in an evolving world order. *East Asia*, 30(1), 35-51. <https://doi.org/10.1007/s12140-012-9186-z>

Cardoso, D. (2023). BRICS+6: Um alargamento para ficar tudo na mesma? *Anuário Janus*. <https://observare.autonoma.pt/anuario/wp-content/uploads/sites/5/2023/11/BRICS6.pdf>

Cervo, A., & Bueno, C. (2008). *História da Política Exterior do Brasil*. Editora da Universidade de Brasília.

CNN Brasil. (2025, dezembro 19). *Relação entre Brasil e EUA está em trajetória positiva, diz Marco Rubio*. <https://www.youtube.com/watch?v=R5B-EhswXhM>

Cooper, Z. (2025). *An American strategy for a multipolar world*. New Visions for Grand Strategy Project.

Costa, A. C. (2025, dezembro 23). No epicentro. Os bastidores inéditos do tarifaço de Trump contra o Brasil. *Piauí*. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/os-bastidores-ineditos-do-tarifaco-de-trump-contra-o-brasil/>

Dados, N., & Connell, R. (2012). The Global South. *Contexts*, 11(1), 12-13. <https://doi.org/10.1177/1536504212436479>

DD News. (2025). *Under PM Modi, India continues to champion the cause of Global*

South. <https://ddnews.gov.in/en/under-pm-modi-india-continues-to-champion-the-cause-of-global-south/>

Departamento de Estado (2025, julho 30). *Sanções impostas ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, por graves violações de Direitos Humanos* [Comunicado de Imprensa]. <https://www.state.gov/translations/portuguese/informativo-sancoes-impostas-ao-ministro-alexandre-de-moraes-do-supremo-tribunal-federal-por-graves-violacoes-de-direitos-humanos>

Encarnación, O. G. (2025, setembro 29). The irony of Trump's spat with Brazil. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/brazil/irony-trumps-spat-brazil>

Ero, C. (2024). The trouble with «the Global South». *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/world/trouble-global-south>

Estado de São Paulo. (2025, setembro 22). *Quais autoridades brasileiras já foram sancionadas pelos EUA?* <https://www.estado.com.br/politica/quais-autoridades-brasileiras-ja-foram-sancionadas-pelos-eua-veja-nprp/?rsrltid=AfmB0orHNL5ZT9ufnXWDA88EVnl4HhAgXJhncGca2LqbS-4IAAQVoxvIG>

Estefan, B. (2025, outubro 14). How Latin America is realigning. *America's Quarterly*. <https://www.americasquarterly.org/article/how-latin-america-is-realigning/>

Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América. (2025). *Casa Branca*. <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>

Euronews. (2025, julho 15). *Inflação nos EUA acelera para 2,7% à medida que as tarifas de Trump começam a fazer efeito*. <https://pt.euronews.com/business/2025/07/15/inflacao-nos-eua-acelera-para-2-7-a-medida-que-as-tarifas-de-trump-comecam-a-fazer-efeito>

Evans, G. (2026, março 30). *Spies, drones and blowtorches: How the US captured Maduro*. BBC News. <https://www.bbc.com/news/articles/cdred61epg4o>

FAO. (2025). *Countries adopt joint declaration on community-based forestry at Global South-South Exchange in Cabo Verde*. FAO Regional Office for Africa. <https://www>

- fao.org/africa/news-stories/news-detail/countries-adopt-joint-declaration-on-community-based-forestry-at-global-south-south-exchange-in-cabo-verde/en
- Flint, C. (2025). Hegemonic retreat: Transactionalism as foreign policy. *The Geographical Journal*, 191(4), e70007. <https://doi.org/10.1111/geoj.70007>
- Folha de São Paulo. (2025a, abril 2). *Trump anuncia tarifas recíprocas sobre produtos de outros países e taxa Brasil em 10%*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/trump-anuncia-tarifas-reciprocas-sobre-produtos-de-outros-paises-assista-ao-vivo.shtml>
- Folha de São Paulo. (2025b, julho 11). *Lula chama Bolsonaro de «coisa covarde» e o responsabiliza por tarifaço de Trump*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/07/evento-oficial-com-lula-vira-ato-pela-soberania-do-brasil-e-de-ataques-a-trump.shtml>
- Folha de São Paulo. (2025c, julho 31). *Trump impõe tarifas globais, aumenta taxa do Canadá para 35% e confirma Brasil como maior atingido*. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/07/trump-publica-decreto-com-tarifas-globais-de-ate-41-e-confirma-brasil-como-maior-atingido.shtml>
- Folha de São Paulo. (2025d, dezembro 12). *Governo Trump retira Moraes e esposa da lista de sancionados com base na Lei Magnitsky*. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/12/governo-trump-retira-sancoes-financeiras-de-moraes-aplicadas-com-base-na-lei-magnitsky.shtml>
- Fonseca, C. (2019). O multilateralismo na política externa do Brasil: Um meio com diferentes fins. In S. D. Fernandes & L. Simão (Eds.), *Estudos sobre o multilateralismo* (pp. 187-210). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fonseca, C. (2022). *A política externa do governo Lula: Retórica, ambivalência e pragmatismo*. Fundação Getúlio Vargas.
- Fox News. (2025, setembro 11). *Rubio warns Brazil of US response after Bolsonaro's conviction for plotting a coup*. <https://www.foxnews.com/world/rubio-warns-brazil-us-response-after-bolsonaros-conviction-plotting-coup>
- Frankel, J. (2025, dezembro 29). Why haven't Trump's tariffs crashed the US economy? *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/business/2025/dec/29/donald-trump-tariffs-us-economy-inflation-employment-2026>
- G1. (2025, novembro 24). *Tarifaço de Trump: EUA retiram tarifas de 40% de café, carnes, frutas e outros produtos do Brasil*. <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2025/11/20/eua-retiram-tarifas-de-40percent-de-alguns-produtos-brasileiros.ghtml>
- Gray, K., & Gills, B. K. (2016). South-South cooperation and the rise of the Global South. *Third World Quarterly*, 37(4), 557-574. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1128817>
- Hakim, P. (2014). The future of US-Brazil relations: Confrontation, cooperation or detachment? *International Affairs*, 90(5). <https://doi.org/10.1111/1468-2346.12162>
- Haug, S., Braveboy-Wagner, J., & Maihold, G. (2021). The «Global South» in the study of world politics: Examining a meta category. *Third World Quarterly*, 42(9), 1923-1944. <https://doi.org/10.1080/01436597.2021.1948831>
- Hirst, M., & Pereira, L. V. (2024). Lula 3.0 e as relações do Brasil com os Estados Unidos. *Nueva Sociedad*, 56-68. https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3.Hirst_Valls_Pereira_EP24.pdf
- Hogan, E., & Patrick, S. (2024). *A closer look at the Global South*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/research/2024/05/global-south-colonialism-imperialism?lang=en>
- Hurrell, A. (2008). Lula's Brazil: A rising power, but going where? *Current History*, 107(706), 51-57.
- Ikenberry, G. J. (2024). Three worlds: The West, East and South and the competition to shape global order. *International Affairs*, 100(1), 121-138. <https://doi.org/10.1093/ia/iia284>
- Iyer, K. (2024, dezembro 1). *Trump threatens 100% tariff on BRICS countries if they pursue creating new currency*. CNN Politics. <https://www.cnn.com/2024/11/30/politics/trump-brics-currency-tariff>
- Johnson, K. (2026, janeiro 13). Tariffs have hurt, not helped, the U.S. economy. *Foreign Policy*. <https://foreignpolicy.com/2026/01/13/tariffs-hurt-not-helped-the-u-s-economy-trump-trade-ieepa/>
- Kalout, H. (2025, setembro 2). Trump's collision course with Brazil. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/united-states/trumps-collision-course-brazil>
- Klingebiel, S., Baumann, M.-O., & Sumner, A. (2024). Trump's second term and the Global South: Prospects and perils. *Global Policy*. <https://www.globalpolicyjournal.com/blog/11/11/2024/trumps-second-term-and-global-south-prospects-and-perils>
- Kürzdörfer, N., & Narlikar, A. (2023). A rose by any other name? In defence of the «Global South». *Global Policy*. <https://www.globalpolicyjournal.com/blog/29/08/2023/rose-any-other-name-defence-global-south>
- Lafer, C. (2002). *La identidad internacional de Brasil*. Fondo de Cultura Económica.
- Legro, J. W. (2009). The plasticity of identity under anarchy. *European Journal of International Relations*, 15(1), 37-65. <https://doi.org/10.1177/1354066108100052>
- Le Monde. (2025a, agosto 23). *Global South: Trump is playing into China's hands*. https://www.lemonde.fr/en/opinion/article/2025/08/23/global-south-trump-is-playing-into-china-s-hands_6744648_23.html
- Le Monde. (2025b, setembro 13). *Editorial: Brésil: Un verdict exemplaire pour la démocratie*. https://www.lemonde.fr/idees/article/2025/09/13/bresil-un-verdict-exemplaire-pour-la-democratie_6640823_3232.html?search-type=classic&ise_click_rank=13
- Lind, J., & Press, D. G. (2025). Strategies of prioritization: American foreign policy after primacy. *Foreign Affairs*, 104, 94.
- Lynn, M. (2025, setembro 26). U.S. tariffs are making a fortune. Put it to good use. *The Washington Post*. <https://www.washingtonpost.com/opinions/2025/09/26/trump-tariffs-money-spending-deficit/>
- Madan, T. (2026). How to survive in a multi-aligned world. *Foreign Affairs*, janeiro-fevereiro, 117-127.
- Mampilly, Z. (2025, abril 1). What «the Global South» really means. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/world/what-global-south-really-means>
- Mendes, C. A. (2010). A China e a cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, 26, 39-66.
- Merke, F. (2008). Identidad y política exterior: La Argentina y Brasil en perspectiva histórica. *Sociedad Global*, 2(1-2).
- Mignolo, W. D. (2011). The Global South and world dis/order. *Journal of Anthropological Research*, 67(2), 165-188. <https://doi.org/10.3998/jar.0521004.0067.202>
- Milani, C. (2011). A importância das relações Brasil-Estados Unidos na política externa brasileira. *Boletim de Economia e Política Internacional*, (6), 69-85. <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/bb619d7f-b67b-4004-96fe-d58307f96628>
- Ministério das Relações Exteriores. (2025, setembro 22). *Nota à imprensa nº 440: Imposição indevida da Lei Magnitsky*. https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/imposicao-indevida-da-lei-magnitsky
- Munich Security Conference. (2024). *Growing the pie: A global order that works for everyone*. <https://securityconference.org/en/msc-2024/agenda/event/growing-the-pie-a-global-order-that-works-for-everyone/>
- Narlikar, A. (2025). *When the tables turn: The Global South in an era of instability* (ORF Issue Brief No. 812). Observer Research Foundation.
- Nicas, J. (2025, novembro 24). Brazil defied Trump and won. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2025/11/24/world/americas/trump-bolsonaro-arrest.html>
- Nievas, G., & Piketty, T. (2025). *Unequal exchange and North-South relations: Evidence from global trade flows and the*

- world balance of payments 1800-2025 (No. 2025/11). World Inequality Lab.
- Norton, B. (2025, março 26). US VP JD Vance admits West wants Global South trapped at bottom of value chain. *Geopolitical Economy Report*. <https://geopoliticaconomy.com/2025/03/26/jd-vance-west-global-south-global-value-chain/>
- Patrick, S., & Huggins, A. (2023, agosto). *The term «Global South» is surging. It should be retired*. Carnegie Endowment for International Peace. <https://carnegieendowment.org/posts/2023/08/the-term-global-south-is-surging-it-should-be-retired?lang=en>
- Quinn, J. (2024). *How the world made the West: A 4,000 year history*. Random House.
- Rodrigues, J. N. (2024, outubro 25). BRICS já valem mais do que as sete maiores economias desenvolvidas do mundo juntas. *Expresso*. <https://expresso.pt/economia/2024-10-25-brics-ja-valem-mais-do-que-as-sete-maiores-economias-desenvolvidas-do-mundo-juntas-70d6cf6b>
- Romero, C. A., Luján, C., González, G., Tokatlán, J. G., Hirst, M. (2025). Trump y América Latina y el Caribe: ¿un laboratorio de control? *Nueva Sociedad*. <https://nuso.org/documento/trump-y-america-latina-y-el-caribe-un-laboratorio-de-control/>
- Rosa, J. (2025). *Lula: «Sul Global está pronto para liderar paradigma de desenvolvimento»*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/lula-sul-global-esta-pronto-para-liderar-paradigma-de-desenvolvimento/>
- Russel, D. R., & Berger, B. (2025). *Development as strategy: The U.S., China, and the Global South*. Asia Society. <https://asiasociety.org/policy-institute/DevAsStrategy/Report>
- Russell, A. (2023a, agosto). This is the hour of the global south. *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/53d6a7ef-2aa8-4607-a8c6-1c28ffb96c16>
- Russell, A. (2023b, dezembro). Year in a word: «Global south». *Financial Times*. <https://www.ft.com/content/33566a47-f3c3-4c10-b7fd-97d58d6c5198>
- Said, Edward (2021). *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*. Edições 70.
- Saraiva, M. G. (2025). *Donald Trump's foreign policy: A view from the Global South*. Gate Center. <https://gatecenter.org/en/donald-trumps-foreign-policy-a-view-from-the-global-south/>
- Satoru, M. (2025). The second Trump administration's foreign engagement and its geostrategy toward the four regions. *Asia-Pacific Review*, 32(1), 54-79. <https://doi.org/10.1080/13439006.2025.2513207>
- Savage, R. (2025, fevereiro 6). Rubio accuses South Africa of «anti-Americanism» and snubs G20 meeting. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/us-news/2025/feb/06/rubio-accuses-south-africa-of-anti-americanism-and-snubs-g20-meeting>
- Schweller, R. (2011). Emerging powers in an age of disorder. *Global Governance*, 17(3), 285-297.
- Shidore, S. (2025). The United States and the Global South. *CEBRI Revista*. <https://cebri.org/revista/en/artigo/213/the-united-states-and-the-global-south>
- Silva, L. da. (2025a, julho 11). *Entrevista concedida pelo Presidente Lula ao Jornal Nacional*. Palácio do Planalto. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/entrevistas/entrevista-concedida-pelo-presidente-lula-ao-jornal-nacional>
- Silva, L. da. (2025b, setembro 14). Lula: Brazilian democracy and sovereignty are non-negotiable. *The New York Times*. <https://www.nytimes.com/2025/09/14/opinion/lula-da-silva-brazil-trump-bolsonaro.html>
- Silva, L. da. (2025c, setembro 23). *Discurso do presidente Lula na abertura do debate geral da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Palácio do Planalto. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-do-debate-geral-da-80a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>
- Silva, L. da. (2025d, novembro 23). *Discurso do presidente Lula na cúpula do IBAS, na África do Sul*. Palácio do Planalto. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2025/11/discurso-do-presidente-lula-na-cupula-do-ibas-na-africa-do-sul>
- Spektor, M. (2011). O regionalismo do Brasil. In B. Sorj & S. Fausto (Orgs.), *Brasil e América do Sul: Olhares cruzados* (pp. 141-172). Centro Edelstein de Pesquisas Sociais & Instituto Fernando Henrique Cardoso.
- Spektor, M. (2014). O projeto autonomista na política externa brasileira. In A. M. Neto (Org.), *Política externa, espaço e desenvolvimento* (pp. 17-58). Ipea.
- Stuenkel, O. (2019). *India-Brazil-South Africa dialogue forum (IBSA): The rise of the global South?* (1.ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315765051>
- Stuenkel, O. (2020). *The BRICS and the future of global order*. Lexington Books.
- Sweigart, E. (2024). What Marco Rubio has said about Latin America. *The Washington Quarterly*. <https://www.americasquarterly.org/article/what-marco-rubio-has-said-about-latin-america/>
- The Economist. (2025a, setembro 20). *After Bolsonaro*. 42-43.
- The Economist. (2025b, outubro 8). *Why Donald Trump's tariffs are failing to break global trade*. <https://www.economist.com/finance-and-economics/2025/10/08/why-donald-trumps-tariffs-are-failing-to-break-global-trade>
- The Washington Post. (2025, outubro 27). *After U.S. bailout, Argentine voters give Milei a friendlier Congress*. <https://www.washingtonpost.com/world/2025/10/26/argentina-midterm-election-milei-trump-bailout/>
- Thorstensen, V., & Prado, V. L. do (2025). Da geoeconomia à geopolítica de Trump: De tarifas a armas? *CEBRI-Revista*, 4(14), 34-61.
- Trump, D. (2025a, julho 9). Carta dirigida ao Presidente Lula da Silva. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/07/09/leia-a-integra-da-carta-de-trump-a-lula-informando-a-imposicao-de-tarifa-de-50percent-aos-produtos-brasileiros.ghtml>
- Trump, D. (2025b, setembro 23). *President Trump delivers remarks to the United Nations General Assembly*. U.S. Department of State. <https://www.youtube.com/watch?v=Iw9fqoNRPYE>
- U.S. Mission Brazil. (n. d.). *Charge d'affaires Gabriel Escobar*. <https://br.usembassy.gov/pt/charge-daffaires-gabriel-esco-bar-portuguese/>
- Valor Econômico. (2025, outubro 6). *Quem é Marco Rubio, escolhido por Trump para negociar tarifas com o Brasil*. <https://valor.globo.com/politica/noticia/2025/05/28/quem-e-marco-rubio.ghtml>
- Wintour, P. (2025, agosto 27). Trump tariffs are reshaping old alliances as the Global South plots its own path. *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/us-news/2025/aug/27/trumps-tariffs-trade-war>
- Wojczewski, T. (2020). Trump, populism, and American foreign policy. *Foreign Policy Analysis*, 16(3), 292-311. <https://doi.org/10.1093/fpa/orz021>
- Xinhua. (2025, julho 3). Xi Jinping champions the cause of Global South. <https://english.news.cn/20250703/b2aa29280802411ea53745f15ea3b940/c.html>
- Yanow, D. (2015). *Constructing race and ethnicity in America: Category-making in public policy and administration*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315705460>
- Zakaria, F. (2009). *The post-American world*. W. W. Norton & Company.
- Zhao, Z. (2024). Indonesian leader Prabowo urged to join China in leading Global South. *South China Morning Post*. <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3285918/indonesian-leader-prabowo-subianto-urged-join-china-leading-global-south>